

Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias*

Oswaldo Bueno Amorim Filho
PUC Minas/TIE

José Irineu Rangel Rigotti
PUC Minas/TIE

INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais, um grupo de cidades vem sendo objeto de um crescente interesse, a partir dos anos 1970, seja por seu comportamento demográfico (têm tido um crescimento populacional mais significativo do que o dos demais níveis hierárquicos urbanos no Estado), seja pelo papel crucial que desempenham no funcionamento das redes urbanas e das regiões de Minas.

Essas cidades, tanto em grupo, quanto em monografias individuais, têm sido pesquisadas nas instituições governamentais e principalmente nas grandes universidades, com destaque neste caso para a UFMG (em Belo Horizonte) para a UFU e a UFJF, (respectivamente em Uberlândia e Juiz de Fora) e, mais recentemente, na PUC-Minas.

Nos estudos realizados em Minas, assim como na França – país pioneiro no tema das cidades médias – e em muitos outros países, duas dificuldades maiores sempre se apresentam: as da definição qualitativa e da delimitação demográfica dessas cidades.

O presente texto busca refletir sobre essas questões e, para isso, se serve principalmente de uma teoria pouco conhecida e divulgada nos meios acadêmicos brasileiros. Trata-se da *teoria das descontinuidades*, desenvolvida pelo geógrafo francês Roger BRUNET, desde a segunda metade da década de 1960. Nesta teoria, os limiares (*threshold*, em inglês e *seuil*, em francês) merecem uma reflexão profunda.

*Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

1. A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS E AS DIFICULDADES PARA SUA CARACTERIZAÇÃO

1.1. Um Breve Balanço da Trajetória dos Estudos das Cidades Médias

A preocupação com o grupo de cidades chamadas *médias* desenvolveu-se a partir dos anos 1950 e 1960, na Europa Ocidental e, especialmente, na França. Esta preocupação foi compartilhada desde então por acadêmicos, planejadores e, esporadicamente, pela mídia de quase todos os países do mundo.

AMORIM FILHO e SERRA (2001, p. 5) afirmam que “três grandes problemas geográficos e socioeconômicos, entre outros, estiveram na raiz da preocupação com o tema das médias e pequenas cidades:

- a exacerbação de problemas de desequilíbrios urbano-regionais, cujo tipo clássico foi amplamente descrito na obra de GRAVIER (1958) sobre “Paris e o deserto francês”;
- o agravamento das condições de qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas, bem como um aumento acelerado dos problemas sociais aí verificados;
- a frágil organização hierárquica das cidades e, obviamente, o fluxo insuficiente das informações e das relações socioeconômicas nas redes urbanas da maior parte dos países do mundo, com reflexos negativos sobre o funcionamento dos sistemas político-econômicos”.

Vários estudos, acadêmicos ou não, realizados nas décadas de cinquenta e sessenta, principalmente na França com o geógrafo Michel ROCHEFORT, mostraram que as cidades de porte médio em geral desempenhavam um papel fundamental no equilíbrio e no funcionamento das redes urbanas nacionais e, sobretudo, regionais.

Posteriormente, estudos realizados na Universidade de Bordeaux III por AMORIM FILHO (1973) e LAJUGIE (1974), demonstraram que aspectos ligados às *funções de intermediação* dentro da rede urbana, assim como à *posição geográfica* da aglomeração são tão ou mais importantes do que o *tamanho demográfico* na caracterização das cidades médias.

A partir de 1955, graças à contribuição de PERROUX, entre outros, desenvolvia-se um outro conceito primordial da economia, com uma projeção geográfica muito significativa: o de *pólo de crescimento*.

Os conceitos de *cidade média* e de *pólo de crescimento* foram, ambos, incorporados e aplicados, no caso francês, nos anos 1970, pela política de planejamento urbano-regional do *aménagement da territoire*.

Durante a segunda metade da década de setenta e nos primeiros anos da de oitenta, o Brasil, em geral, e Minas Gerais, em particular, também desenvolveram com maior ou menor sucesso políticas de planejamento tendo por objetos as *cidades médias*.

Na maior parte dos anos oitenta, porém, essas políticas foram esvaziadas e o próprio princípio do planejamento urbano-regional foi bastante enfraquecido em favor de políticas públicas mais pontuais e voltadas para temas mais sociais e menos estratégicos regionalmente.

Já na década de noventa, renasce fortemente o interesse pelas *cidades médias* mas, nestes últimos anos, não mais apenas em função de seu papel na região ou na rede urbana de que fazem parte. AMORIM FILHO e SERRA (2001) identificam três outros grupos de razões para o renascimento atual do interesse pelas cidades médias:

- a boa *qualidade de vida*, quase sempre mais presente nesse grupo de cidades do que em outros níveis da hierarquia urbana;
- a maior facilidade de conservação dos *patrimônios ambientais e arquitetônicos* nesse grupo de cidades, favorecendo a manutenção da *memória* e da *identidade* coletivas, neste mundo marcado pelos nivelamentos da globalização, cujos principais emissores e difusores se encontram nas grandes metrópoles e nas megalópoles;
- o fato das cidades médias representarem um foco privilegiado das “percepções, valores, motivações e preferências sociais e individuais, aspectos correlacionados com a intensidade e o direcionamento dos fluxos turísticos de massas humanas cada vez maiores”.

Um reflexo desse interesse renovado pelas cidades médias tem sido o aumento considerável de publicações (teses, livros e artigos) e de reuniões científicas sobre esse grupo de cidades. Entre essas últimas e de maneira bastante incompleta, podem ser citados os encontros de Macon (1995), na França, sob a direção de Nicole COMERÇON; de La Serena (1996) e Chillán (2000), no Chile, sob a coordenação de Edelmira GONZALEZ e Dídima

FARIAS e, no Brasil, em Presidente Prudente (2001), sob a coordenação de Maria da Encarnação SPOSITO.

1.2. Dificuldades na Definição das Cidades Médias

Tanto as pesquisas empíricas e reflexões acadêmicas, quanto os projetos de aplicação das políticas públicas para as cidades médias tem enfrentado grandes dificuldades na caracterização do grupo que compõe esse nível de cidades.

Em um primeiro momento, acreditou-se que a identificação daquelas cidades que, em um certo conjunto maior, apresentassem tamanho demográfico médio, seria suficiente para a definição das *cidades médias*.

Apesar do uso deste parâmetro – em função de sua aparente comodidade – na maior parte dos projetos elaborados pelas políticas públicas, o máximo que se conseguia definir era um grupo de *cidades de porte médio*, noção certamente importante, mas que não coincide necessariamente com a de *cidade média*, bem mais complexa. Desse ponto de vista, aliás, o termo *ciudades intermedias*, usado por nossos vizinhos hispanoamericanos parece bem mais feliz que aquele usado comumente por franceses, alemães, americanos e brasileiros.

O pesquisador e planejador francês Jerome MONOD (1974, p.) chega mesmo a dizer que seria vão buscar uma definição científica para as cidades médias, tendo em vista sua complexidade e variabilidade de um país para outro, ou de uma região para outra.

Por seu turno, o já referido professor da Universidade de Bordeaux, Joseph LAJUGIE (1974, p. 11) mais cautelosamente ainda, diz que “o máximo que se pode tentar determinar é uma faixa no interior da qual se situa um certo número de cidades que podem pretender à qualidade de cidades médias (...)”.

Em sua obra de 1974 LAJUGIE (p. 12), depois de uma série de reflexões, diz que a cidade média “se define, antes de tudo, por suas funções, pelo lugar que ela ocupa na rede urbana, entre a metrópole, com vocação regional, e os pequenos centros urbanos, com influência puramente local”.

Essa mesma preocupação com uma melhor caracterização da cidade média levou AMORIM FILHO (1976, p. 7e 8) a propor uma conceituação mais abrangente, baseada na presença dos seguintes atributos:

- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
- diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos;
- aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos.

Como se pode notar, sendo válidos teoricamente tais critérios, nem toda *cidade de porte médio* possui as qualidades que podem fazer dela uma *cidade funcionalmente média*.

Assim, alguns anos mais tarde, AMORIM FILHO, BUENO e ABREU (1982), aplicando tais critérios ao primeiro estudo que buscou identificar todas as cidades médias de Minas Gerais, não somente confirmaram a complexidade do conceito de cidade média, como também, e sobretudo, chegaram à conclusão de que esta noção não cobre apenas um nível único de cidade. Para além de uma ampla tipologia, chegaram a identificar em seu estudo pelo menos quatro níveis hierárquicos dentro das cerca de 100 cidades médias de Minas Gerais:

- *grandes centros regionais*: apenas uma cidade (Juiz de Fora) se encontrava neste nível, verdadeiro limiar já marcando a faixa de transição para um patamar hierárquico superior àquele das cidades médias; neste nível, provavelmente as cidades deixaram de ser apenas *cidades médias* e já pertencem ao grupo das grandes cidades;

- *ciudades médias de nível superior*: neste patamar, Minas Gerais apresentava, em 1982, algumas cidades pertencentes ao grupo de mais alta hierarquia, formado por *ciudades médias* bem consolidadas, incluindo algumas em condições de, num futuro não muito distante, mudar de hierarquia;
- *ciudades médias propriamente ditas*: este é um grupo bastante numeroso, de que fazem parte aquelas cidades que apresentam, com maior clareza, os atributos teoricamente característicos das *ciudades médias* mais típicas;
- *centro urbanos emergentes*: neste patamar, encontra-se um número bastante considerável de cidades pertencentes à faixa de transição entre as pequenas e as médias cidades; elas pertenceriam, assim, tanto ao *limiar inferior das cidades médias*, quanto ao *limiar superior das pequenas cidades*.

O mérito desse estudo foi trazer à discussão acadêmico-teórica a questão dos limiares, que balizam, na base e no topo, o grupo tão diferenciado das cidades médias. Embora o limiar superior tenha, evidentemente, sua importância, a atenção dos pesquisadores se concentra muito mais no limiar inferior (dos centros emergentes), isto é, o que marca a passagem das pequenas para as médias cidades.

2. A TEORIA DAS DESCONTINUIDADES COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO PARA O ESTUDO DOS LIMIARES

Em meados do século XX, não apenas vários geógrafos mas, igualmente intelectuais ligados a outros campos do conhecimento, continuavam excessivamente atrelados a uma lógica de acumulação gradual e contínua ou de uma linearidade tranqüila para explicar as trajetórias dos processos no tempo ou das superfícies em suas extensões espaciais.

Para questionar essas posições há muito tempo estabelecidas e arraigadas, o geógrafo Roger BRUNET (1970) desenvolveu, na tese complementar de seu doutorado, um estudo pioneiro sobre as *descontinuidades em geografia*.

A principal idéia que defendia, então, o pesquisador francês era a de que as *descontinuidades* tinham um papel crucial tanto na evolução temporal, quanto nas diferenciações espaciais analisados pelos geógrafos. BRUNET chegava mesmo a dizer que *rupturas* poderiam aparecer mesmo sem a presença de perturbações exógenas, pelo simples

efeito da dinâmica interna de um processo, ou de um sistema. Para este geógrafo, as *descontinuidades* hierárquicas, temporais, espaciais, etc, correspondem a uma espécie de *zona de imprecisão*, cuja manifestação é marcada pela transposição de um ou mais *limiares*. Assim, a *descontinuidade* tem uma identificação mais abstrata, enquanto o *limiar* é uma manifestação mais evidente e concreta.

Para BRUNET (1970, p. 13), as *descontinuidades*, no âmbito de uma evolução, são marcadas pela presença de *limiares*. A existência de pontos – no espaço ou no tempo – a partir dos quais uma evolução dá bruscamente um *salto*, mudando de ritmo, de sentido ou de natureza, tem sido evidenciada em várias ciências (...). Em várias delas, registram-se valores críticos que os cientistas se esforçam por medir e caracterizar. Foi assim com “o ponto de congelamento da água”, com “a velocidade crítica necessária para vencer a atração terrestre” ou com as “mutações biológicas”, entre outros. “As ciências sociais tem fornecido muitos exemplos de transformações bruscas, a partir de um momento crítico. Uma *revolução* pode ser considerada como um desses *saltos*, longamente preparados, através dos quais uma organização social assume repentinamente outras formas”.

Em resumo, uma descontinuidade seria, para o autor desse estudo pioneiro, algo como uma *zona de passagem*, difícil de ser caracterizada em toda a sua complexidade, mas que marca sempre a transição de um sistema ou subsistema a um outro, mas cujo(s) limiar(es) pode(m) se reduzir à espessura de uma linha.

2.1. Tipologias das Descontinuidades

A primeira grande distinção que faz BRUNET é entre as descontinuidades dinâmicas, presentes nas evoluções consideradas em seu aspecto temporal, e as descontinuidades espaciais, identificadas em muitas diferenciações que se dão em termos de regiões, áreas ou paisagens.

Uma diferenciação importante feita desde os anos sessenta por BRUNET (P. 34) é entre as descontinuidades que resultam de uma perturbação provocada do exterior (*descontinuidades exógenas*) e aquelas que aparecem sem perturbações exteriores (*descontinuidades endógenas*).

Outras tipologias apresentadas originalmente por BRUNET (1970, p. 14 a 21) caracterizam os limiares de:

- *Manifestação*, segundo o qual, “um fenômeno não pode se manifestar senão quando os fatores do movimento tenham ultrapassado um valor mínimo (...). É o que se admite implicitamente quando se escreve: *a partir de um certo ponto...* Pertencem a este tipo de limiares o *desencadear dos fenômenos de erosão* ou a *decolagem de uma determinada economia*”;
- *Extinção*, que “corresponde ao momento em que uma quantidade se torna tão pequena – relativamente – que o fenômeno considerado cessa bruscamente, como, por exemplo, certos limiares demográficos para a manutenção de determinados serviços, ou limiares de distâncias, a partir dos quais deixam de ocorrer migrações para certas cidades, etc”;
- *Desaceleração*, que “ocorre quando, a partir de um certo ponto, um movimento tem sua velocidade diminuída bruscamente. Várias desacelerações representadas em curvas demográficas e econômicas exemplificam esses limiares...”;

Inversão ou *oposição*, quando “a ruptura é tão forte que o movimento muda de sentido...É o caso ilustrado por um grande número de curvas em U ou em V nos gráficos de evolução. Esses tipos de limiares ocorrem com certa freqüência na evolução das bolsas de valores, por exemplo...”;

- *Saturação*, quando a presença excessiva de uma certa quantidade desencadeia uma aceleração ou uma mudança importante em um determinado processo. É o que ocorre, por exemplo, com “o limite de infiltração de água de um dado solo. Para além deste limite, pode-se desencadear o fenômeno dos deslizamentos...”

2.2. Condições e Princípios das Manifestações das Descontinuidades

Após longas reflexões sobre os fenômenos das descontinuidades, BRUNET, já ao final da década de 1960, estabelecia alguns *princípios* que teoricamente deveriam presidir o aparecimento dos *limiares* e as próprias *rupturas*. Entre esses princípios, podem-se destacar os seguintes:

- *a ruptura é, geralmente, o resultado de uma longa preparação*; assim, para BRUNET, “é a continuidade que cria a descontinuidade” (p. 28)
- *a descontinuidade se manifesta, freqüentemente, após a intervenção de um catalisador*; em geopolítica, por exemplo, sabe-se que “é o incidente político, inofensivo em outras circunstâncias, que pode desencadear a revolução (...). Porém, as condições para a ruptura já existiam (...) e o *catalisador* só serviu para apressar o movimento”. (p. 29).
- *a descontinuidade se produz, freqüentemente, em um ponto ou lugar de fraqueza*; a ruptura ocorre em pontos de menor resistência, como as crises econômicas de um país ou de um bloco de países, que tendem a começar na região ou na nação mais frágil (p. 29);
- *um novo período de evolução lenta ou normal sucede a ruptura*. Um bom exemplo é o tipo de tempo que se instala em uma região após as perturbações causadas pela passagem de uma frente (p. 30);
- *a ruptura é o resultado de uma interação*. “Uma evolução envolve sempre vários fatores, que reagem uns sobre os outros” (p. 33) e essas interações podem assumir as mais diferentes formas, com ritmos variados.

2.3. Os Limiares e as Dimensões das Aglomerações

Ainda em sua obra seminal de 1970, BRUNET contempla os limiares e as descontinuidades observáveis nas hierarquias das cidades pertencentes ou não a uma rede urbana. Desde meados do século XX, multiplicaram-se, por toda parte, com fins acadêmicos ou de aplicação ao planejamento urbano e regional, os estudos das redes e hierarquias das cidades.

Algumas das questões mais delicadas de tais pesquisas são as do estabelecimento dos níveis hierárquicos e dos cortes que separam tais níveis. BRUNET (1970, P.56) afirma a esse respeito:

“Mesmo que seja difícil a classificação, ela corresponde, entretanto, a uma hierarquia real. A experiência mostra que a dimensão da aglomeração (dada por sua população) vem se

mantendo como o principal fator de diferenciação. E seguindo-se a série crescente de tamanhos das aglomerações observa-se toda uma sucessão de mutações qualitativas”. (...)

Em condições iguais, o dinamismo das aglomerações é, em parte, função de sua dimensão. (...) Mas, a natureza das cidades, seu tamanho e seu nível hierárquico são, evidentemente ligados à natureza da região que elas dominam”.

Como se vê, sem negligenciar vários outros fatores fundamentais, BRUNET chama a atenção para o papel desempenhado pela dimensão demográfica na identificação dos patamares das hierarquias urbanas. Porém, para se chegar aos níveis hierárquicos, há que se caracterizar, primeiramente, os limiares que os separam.

3. OS LIMIARES E A CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

Certamente, o critério demográfico tem sido um dos mais utilizados para a classificação de tamanhos de cidades. Embora facilite, sobremaneira, o trabalho do pesquisador, este critério engloba, em uma mesma categoria, cidades com as mais diversas características. Além disso, os limites populacionais definidores do pequeno e do médio não são universais ou ubíquos. As seções anteriores mostraram o quanto é complexa a definição de cidades médias.

Deve-se lembrar ainda que apenas um critério arbitrário como o volume populacional pode implicar em consideráveis modificações durante um dado período de tempo, haja vista a frequência relativamente alta com que as cidades podem ascender ou descender na hierarquia do tamanho demográfico. Este é o caso, especialmente, das cidades médias, pois muitas vezes elas possuem os requisitos para a criação e desenvolvimento de pólos tecnológicos e também se mostram como alternativas à excessiva concentração industrial das regiões metropolitanas, fatores que normalmente atraem população. Daí ser bastante comum o papel de destaque desempenhado pelas migrações, uma vez que o crescimento vegetativo da população é um processo mais lento e regular do que as flutuações resultantes dos fluxos migratórios¹.

¹Este argumento só faz sentido quando se contrapõem crescimento vegetativo e crescimento via saldos migratórios em uma perspectiva de mais curto prazo, pois muitas vezes uma queda acelerada da fecundidade (como ocorrida no Brasil) pode trazer forte impacto sobre o crescimento demográfico no decorrer de poucas décadas.

Tendo em vista estas questões, a seguir passaremos a descrever as variações dos tamanhos populacionais definidores das cidades médias em alguns países do mundo, o caso especial da França – na medida em que apresenta várias classificações, dependendo da região onde as cidades estão inseridas – e as transformações ocorridas no Brasil, em geral, e Minas Gerais, em particular.

3.1. As variações em alguns países do mundo

Dada a variabilidade entre as posições e o relacionamento das cidades com a região e a rede urbana da qual fazem parte, os limiares demográficos que separam as pequenas e as médias cidades são muito diferentes nos diversos países do mundo. Por exemplo, dentro da América do Sul há vários tamanhos de cidades considerados como médios:

Cidades Médias da América do Sul *

CIUDAD	POBLACIÓN URBANA (1992)
La Serena (Chile)	109.293
Osorno (Chile)	142.368
Talca (Chile)	218.842
Chillán (Chile)	145.759
Ovalle (Chile)	56.067
San Miguel de Tucuman (Argentina)	654.000 (1991)
Formiga (Brasil)	61.755 (1991)
Mérida (Venezuela)	171.756 (1990)

(*) *IPGH / UNIVERSIDAD DE LA SERENA* (editores: *Hugo BODINI CRUZ-CARRERA* y *Edelmira GONZALEZ*): *GEOESPACIOS – SERIE CIUDADES INTERMEDIAS*, desde 1990.

Nota-se que há um leque variado de cidades, cuja população varia de pouco mais de 50 mil habitantes – Ovalle, no Chile – até mais de 600 mil habitantes, como San Miguel de Tucuman, na Argentina. Como informa CAILLOU (1997), a Argentina adota um critério no qual o tamanho populacional pode variar de 50 mil a 1 milhão de residentes².

²CAILLOU, Martha: San Miguel de Tucuman. Geoespacios 11 (Serie Ciudades Intermedias), La Serena, Universidad de La Serena / IPGH, 1997, P. 14.

Em outro país da América do Sul, a Bolívia, o intervalo do tamanho das cidades médias, embora variável, não apresenta a mesma amplitude do caso argentino. Mesmo assim, há desde cidades que seriam consideradas pequenas em muitas partes do mundo, como Tiquipaya, com 3 mil pessoas, como outras com mais de 50 mil habitantes, caso de Montero.

Cidades Médias da Bolívia *

CIUDAD	POBLACIÓN (1992)
Achacachi	5.602
Viacha	19.036
Patacamaya	5.960
Caranavi	7.533
Challapata	6.661
Tupiza	20.137
Capinota	3.955
Quillacollo	19.419
Tiquipaya	3.037
Vinto	9.493
Sacaba	36.905
Shinahota	3.149
Bermejo	21.394
Cotoca	9.229
La Guardia	5.468
Warnes	10.866
San Ignacio	12.565
Villa Busch	8.585
Camiri	27.971
Montero	52.021
Mineros	11.181
San Borja	11.702
Rurrenabaque	4.959

(*) PACO, Felix Patzi: *Desarrollo rural integrado a ciudades intermedias*. La Paz, EDCON Editores, 1997, 171 p.

(*) PEREIRA, René Morato: Urbanización y desarrollo em Bolivia. In: *Revista de Sociologia*, nº 10, UMSA, La Paz,. 1987.

Já uma pequena amostra de cidades médias em Burkina Faso, na África, apresenta exemplos que se enquadrariam na tipologia boliviana: Gaoua, possuía pouco mais de 10 mil residentes em 1985, enquanto Koudougou tinha quase 52 mil pessoas. A diferença estaria nas cidades com menos de 10 mil habitantes, presentes apenas na amostra de cidades da Bolívia. De fato, descrevendo a Costa do Marfim, COTTEN (1973), citado por AMORIM FILHO (1984), informa que neste país as cidades médias compreendem cidades na faixa de 20 mil a 50mil habitantes, mas ressalta que cidades com menos de 20 mil residentes podem exercer a função de cidade média.

Cidades Médias de Burkina Faso (África) *

VILLES MOYENNES	POPULATION (1985)
Koudougou	51.926
Banfora	35.319
Ouahigouya	38.902
Fada N°Gourma	20.857
Kaya	25.814
Gaoua	10.657

COMPAORE, Georges: *Analyse Comparative et Specificités de Six Villes Secondaires du Burkina Faso*. In: *Villes Africaines – Activités et Structures* (sous la direction de Pierre VENNETIER). Bordeaux, Ceget, 1993, p. 12-30

No caso da Ásia, as cidades com população entre 20 mil e 250 mil pessoas são consideradas médias, como ocorre na Malásia (OSBORN, 1974), enquanto na Europa Ocidental os limiares mais comuns pertencem à faixa de 20 mil até 100 mil habitantes, como salienta HOFMEISTER (1976) para o caso da Alemanha. KHOREV (1974) dizia que na antiga União Soviética as cidades médias eram aquelas cuja população variava de 50 mil a 100 mil habitantes, mas o próprio autor ressaltava que alguns geógrafos urbanos como DAVIDOVICH e KONSTANTINOV consideravam o limite inferior de 20 mil pessoas como o mais adequado³.

Um contraste interessante pode ser observado ao considerarmos o caso dos Estados Unidos. Como ressalta ABRAMOVAY (2000), o peso cada vez menor do emprego na agricultura tem levado as mais importantes estatísticas a considerarem a separação entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas, mais do que urbanas e rurais. Há códigos do *continuum*

³Autores citados por AMORIM FILHO (1984).

rural-urbano (*rural-urban 'continuum' code*) e códigos de influência urbana (*urban influence codes*).

Aprofundando esta classificação, um trabalho de GHELFI e PARKER (1997), *apud* ABRAMOVAY (2000) procura entender a dinâmica espacial com base no tamanho das aglomerações populacionais dos condados e a maneira como se ligam a centros mais dinâmicos. Neste estudo, as áreas metropolitanas são divididas em grandes e pequenas:

- Metropolitana grande = mais de 1 milhão de habitantes.
- Metropolitana pequena = entre 50 mil e 999 mil habitantes.

As áreas não-metropolitanas são classificadas em três:

- Adjacentes a uma grande área metropolitana
- Adjacentes a uma pequena área metropolitana
- Não adjacentes a uma grande área metropolitana

As duas áreas não-metropolitanas adjacentes são ainda subdivididas segundo o tamanho de suas “cidades” (as aspas são dos próprios autores) em:

- Com “cidades”: núcleo urbano com mais de 10 mil habitantes
- Sem “cidades”: núcleo urbano com menos de 10 mil habitantes
- Com *town*: aglomerado com população entre 2.500 e 9.999 habitantes
- Totalmente rurais: aglomerados com menos de 2.500 habitantes

Enfim, como se depreende dos estudos citados, o critério baseado no tamanho populacional apresenta diferentes classificações de cidades médias. Para completarmos este quadro vamos descrever a caso da França.

3.2. O caso especial da França

Se tomarmos uma amostra de algumas cidades médias típicas da França, notamos que o tamanho da população varia, essencialmente, de 100 mil a 150 mil habitantes, como mostrado a seguir:

**Caracterização Demográfica de algumas Cidades Médias
Francesas em Estudo Recente (1999)***

Cidades Médias Típicas (Seleção de toda a França, página 9)	População
Amiens	131.880
Angers	141.354
Avignon	87.011
Bayonne	101.558
Besançon	113.835
Caen	112.872
Dijon	146.723
Le Mans	145.439
Limoges	133.469
Metz	119.598
Mulhouse	108.358
Nîmes	128.549
Orléans	105.099
Pau	82.200
Perpignan	105.869
Reims	180.611

(*) COMMERÇON, Nicole et GEORGE, Pierre: *Villes de Transition*. Paris, Anthropos, 1999, 221 p.

Vê-se que para o ano de 1999, das 16 cidades médias selecionadas de toda a França, apenas duas possuíam população com menos de 100 mil habitantes, casos de Avignon (87 mil habitantes) e Pau (82 mil habitantes). Nas demais, a população vai de 102 mil habitantes em Bayonne até 180 mil em Reims.

Quando se observam separadamente as regiões da França, no entanto, percebe-se que a classificação segundo o critério do tamanho populacional pode variar consideravelmente. De fato, a região Poitou-Charentes possui cidades médias de nível superior com tamanhos bem próximos aos exemplos listados anteriormente. Com exceção de Niort, com população de 66 mil habitantes em 1991, as demais possuem população variando de 100 mil a 108 mil pessoas.

**Caracterização Demográfica de algumas Cidades Médias
Francesas em Estudo Recente (1999)*
*Villes Moyennes dans les Réseaux Urbains Régionaux***

POITOU-CHARENTES

VILLES MOYENNES (Niveau Supérieur)	POPULATION (1991)
Poitiers	107.625 hab.
Angoulême	102.908 hab.
La Rochelle	100.264 hab.
Niort	65.792 hab.

VILLES MOYENNES (deuxième niveau)

Châtelleraut	36.298 hab.
Rochefort	35.598 hab.
Royan	29.194 hab.
Cognac	27.468 hab.
Saintes	27.003 hab.

VILLES MOYENNES (petits pôles)

Bressuire	18.430 hab.
Parthenay	18.250 hab.
Thouars	17.103 hab.

(*) COMMERÇON, Nicole et GEORGE, Pierre: *Villes de Transition*. Paris, Anthropos, 1999, 221 p.

No entanto, nesta mesma região existem cidades médias de menor tamanho (*deuxième niveau*), entre 27 mil e 36 mil habitantes, bem como pequenos pólos, com cidades médias de 17 e 18 mil habitantes.

Na Alsace, em contrapartida, as cidades médias praticamente englobam estes dois tipos de centros urbanos presentes em Poitou-Charentes, pois as cidades apresentam população entre 14 mil e 34 mil residentes.

**Caracterização Demográfica de algumas Cidades Médias
Francesas em Estudo Recente (1999)*
*Villes Moyennes dans les Réseaux Urbains Régionaux***

ALSACE

VILLES MOYENNES	POPULATION
Haguenau	33.730 hab.
Saint-Louis	33.531 hab.
Thann-Cernay	28.890 hab.
Guebwiller-Soutz	25.998 hab.
Molsheim – Mutzig	17.106 hab.
Sélestat	15.537 hab.
Saverne	14.986 hab.

SAÔNE

VILLES MOYENNES	POPULATION (1990)
Chalon	77.769 hab.
Mâcon	46.714 hab.
Bourg-en-Bresse	55.792 hab.
Villefranche	55.249 hab.

(*) COMMERÇON, Nicole et GEORGE, Pierre: *Villes de Transition*. Paris, Anthropos, 1999, 221 p.

(**) PINCHEMEL G. et Ph.: *La Face de la Terre – Éléments de Géographie*. Paris, 1995, A. Colin, 518 p.

Por outro lado, a região Saône, em 1990, continha cidades médias com uma categoria de tamanho populacional de 55 mil até 78 mil habitantes, portanto uma classificação diferente das outras duas.

Percebe-se que o tamanho das cidades médias pode variar bastante de país para país, e também entre regiões de um mesmo país, como exemplificado para o caso da França.

3.3. Minas Gerais e os “Centros Urbanos Emergentes”

No caso do Brasil, país populoso e com um imenso território marcado por profunda heterogeneidade social, cultural e econômica não poderíamos esperar outra coisa senão

grande variabilidade na hierarquia e no relacionamento das cidades com a região e com o sistema urbano dos quais fazem parte.

Contudo, dada a grande concentração do crescimento demográfico nas regiões metropolitanas, compreende-se a supremacia destas unidades espaciais nos estudos realizados pela demografia brasileira. Isso não quer dizer que não houve interesse em relação a outras categorias de tamanho populacional. Para citarmos apenas alguns poucos exemplos, Martine e Camargo (1984) apontaram para o relativo esvaziamento da classe de pequenas cidades, com menos de 20 mil habitantes (até 10 mil habitantes e 10 mil a 20 mil habitantes), e aumento das categorias com população maior do que 20 mil habitantes, nas décadas compreendidas entre 1940 a 1980. Neste estudo, as classes de tamanho eram:

- 10 a 20 mil habitantes,
- 20 mil a 50 mil habitantes,
- 50 mil a 100 mil habitantes,
- 100 a 500 mil habitantes,
- mais de 500 mil habitantes.

Bremaeker (1992) centrou seu estudo nas implicações dos movimentos migratórios nas mesmas categorias de tamanho, mas enfocando os municípios e não as cidades⁴. Neste trabalho, os municípios de porte médio eram considerados como sendo aqueles com população compreendida entre 10 mil e 50 mil habitantes.

Baeninger (1998), ao abordar as relações entre deslocamentos de população, urbanização e regionalização no interior do estado de São Paulo, faz menção ao papel desempenhado pelos pequenos aglomerados urbanos (cidades com menos de 5 mil habitantes, de 5 mil a 10 mil habitantes e de 10 mil a 20 mil habitantes), cidades de porte intermediário (20 a 50 mil habitantes), cidades médias (50 mil a 100 mil habitantes) e cidades com mais de 100 mil habitantes.

Enfocando o crescimento populacional e as migrações internas em Minas Gerais, Matos (1997) trabalha com os 50 principais municípios do estado em termos de tamanho populacional, no período 1960-1991. Ainda que a unidade espacial não seja a cidade, com

⁴A categoria de municípios com menos de 10 mil tinha mais subdivisões: até 5 mil habitantes e 5 a 10 mil habitantes.

exceção de Belo Horizonte, que pode ser considerada uma grande cidade por quaisquer critérios de tamanho demográfico, todos os outros se enquadrariam tranquilamente na maioria das classificações de cidades médias discutidas até agora – em 1991, o tamanho populacional destes 49 municípios variava de 50 mil até 280 mil habitantes.

A variação dos limiares demográficos referentes ao tamanho das cidades médias no Brasil é perfeitamente compreensível, na medida em que se trata de um espaço bastante heterogêneo, como já referido anteriormente e, além disso, a escolha das classes de volume populacional depende dos objetivos particulares de cada estudo.

No entanto, deve-se sempre ter em mente que elas não formam um grupo homogêneo. Levando este fato em consideração, os quatro níveis hierárquicos de cidades médias em Minas Gerais identificados por AMORIM FILHO e ABREU (2000)⁵⁵ possuem os seguintes tamanhos populacionais:

Nível 1: capitais regionais, com mais de 500 mil habitantes

Nível 2: cidades médias de nível superior, com população maior do que 200 mil pessoas;

Nível 3: cidades médias propriamente ditas, incluindo desde cidades com menos de 50 mil habitantes até algumas com mais de 160 mil;

Nível 4: cidades médias de nível inferior, os *centros emergentes*, cuja população pode variar de 10 mil a 50 mil habitantes.

Recentemente, Costa de Sá (2001) focou seu estudo no último nível hierárquico, isto é, nos *centros emergentes*, uma unidade relativamente pouco explorada no âmbito dos estudos populacionais. Estes foram aqueles que apresentavam população urbana compreendida entre 10 mil e 50 mil habitantes. Por este critério, Minas Gerais apresentou 80 centros emergentes.

Como os critérios para a identificação dos centros emergentes utilizados por Costa de Sá (2001) foram os mesmos adotados por trabalho anterior de AMORIM FILHO, BUENO e ABREU (1982), podemos verificar a expressividade do aumento destes centros, pois, em 1982 havia 45 centros emergentes.

⁵ Este trabalho de AMORIM FILHO e ABREU foi realizado, em parte, para atualizar o estudo de 1982, de AMORIM FILHO, BUENO e ABREU, já citado no presente texto (p. 4)

Em suma, esta seção teve a intenção de contribuir para o debate voltado aos voláteis limiares demográficos da definição de cidades médias. Acreditamos que o momento é bastante oportuno, pois este é um tema que merece investigações mais detalhadas, inclusive para aprofundar o entendimento do padrão migratório no Brasil. Sua complexidade e relevância no atual contexto da dinâmica demográfica brasileira certamente o colocam em um lugar de destaque entre as prioridades dos estudiosos interessados em aspectos como hierarquia urbana, redes e sistemas de cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceira seção do presente texto mostrou, com uma riqueza muito grande de dados demográficos, quão variáveis são, no mundo, na América do Sul e no Brasil, os balizamentos quantitativos das cidades consideradas médias.

Uma relativa regularidade na identificação de faixas demográficas que incluam as cidades médias só é encontrada, e mesmo assim com dificuldade, em países europeus, como a França e a Alemanha. Algum consenso existe, mesmo nesses casos, apenas para os níveis mais centrais do amplo leque representado por esse grupo de cidades. Este consenso parece existir, nesses países, no que se refere àquelas cidades com populações oscilando de 50.000 a 300.000 habitantes.

Em países desenvolvidos da América do Norte e da Ásia, por exemplo, e mesmo em países latino-americanos como o México, a Argentina e, até mesmo o Brasil, o patamar superior das cidades médias, quando se consideram tais países como um todo, fica bastante alto, chegando a 500.000 habitantes ou mais.

Já no patamar inferior, e de um modo mais generalizado em termos de países, a imprecisão e a falta de consenso são grandes quanto ao número padrão de habitantes para uma aglomeração aspirar à qualidade de cidade de média.

É nesse ponto que as classificações baseadas meramente em limites demográficos não são suficientes, necessitando de um cruzamento com dados de outra natureza, cobrindo, por exemplo, aspectos como posição regional e na rede urbana, estrutura econômica, relações funcionais externas, alcance da influência polarizadora, características sócio-econômicas e

demográficas da área de influência e, até, organização e dinâmica morfológicas internas das cidades.

Aqui, cabe também chamar a atenção para dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, as importantes contribuições que a *teoria das descontinuidades de BRUNET*, com sua ênfase na noção de *limiar* pode dar para caracterizações epistemologicamente mais válidas da faixa de transição existente entre as pequenas e as médias cidades e da faixa de transição entre as médias e as grandes cidades .

Em seguida, com base nos princípios dessa teoria (discutidos na seção 2 do presente texto), o necessário aprofundamento da noção de *centros urbanos emergentes*, desenvolvida desde 1982 para contemplar justamente os limiares urbanos que separam as pequenas das médias cidades.

O melhor conhecimento dos limiares demográficos e de outras naturezas, que permitem identificar os centros emergentes mais dinâmicos, com vocação certa para chegar ao nível das cidades médias, constitui-se em conhecimento estratégico essencial tanto para acadêmicos, quanto para governantes, planejadores e empreendedoras da iniciativa privada.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

_____. **Contribution a l'étude des villes moyennes au Minas Gerais, Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais.** Bordeaux, 1973. 361 p. Tese de doutorado de III ème cycle.

_____. **Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias.** In: II Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte, 1976. Resumo de comunicações. 600p. p. 6-15.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; BUENO, Maria Elizabeth Taitson; ABREU, João Francisco - Cidades de porte médio e o Programa de Ações Sócio-educativas para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica.** Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, V. 12, n. 23-24, 1982.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno - Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista de Geografia e Ensino,** Belo Horizonte, IGC/UFMG, n.5, p.5-34, 1984.

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, João Francisco - Ciudades intermédias y tecnópolis potenciales en Minas Gerais-Brasil. **Tiempo e Espacio**, Chillan (Chile), Universidad del Bio-Bio, n.9-10, p.23-32, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo - Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para Discussão. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.
- BAENINGER, Rosana - Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.15 – n.2, p.67-82, jul./dez. 1998.
- BREMAEKER, François E. J. - Implicações dos movimentos migratórios nos municípios: período 1980-1991. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8, Brasília, **Anais ...** Campinas: NEPO/UNICAMP, 1992. v.3, p.213-230, out. 1992.
- BRUNET, Roger – **Les Phénomènes de Discontinuité em Géographie**. Paris, CNRS, 1970, 103 p.
- COMMERÇON, Nicole – **Lá Dynamique du Changement en Ville Moyenne**. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1988, 578 p.
- LAJUGIE, Joseph – **Les Villes Moyennes**. Paris, Éditions Cujas, 1974, 216 p.
- MARTINE, George; CAMARGO, Lísio - Crescimento e distribuição da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.1 – n.1/2, p.67-82, jan./dez. 1984.
- MATOS, Ralfo - Crescimento populacional e migração interna nos principais municípios de Minas Gerais. In: Encontro Nacional sobre Migração, Curitiba, **Anais ...** Campinas: NEPO/UNICAMP, 1997. p.329-348, nov. 1997.
- MONOD, Jérôme – **Transformation d'un pays – La Technocratie em Question**. Paris, Fayard, 1974, 187 p.
- ROCHEFORT, Michel – **L'organisation Urbaine de l'Alsace**. Paris, Belles Lettres, 1960, 384 p. (Thèse de Doctorat).
- SÁ, Patrícia Rodrigues Costa - **Os Centros Urbanos Emergentes de Minas Gerais**. Belo Horizonte, PUC-Minas, 2001. 150 p. Dissertação de Mestrado.